

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO  
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

**ATA DA 76ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 07/03/2017**

**Proposta de Pauta:**

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da ata da 75ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	9.00	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
5	9.15	Chamadas Públicas de ATER executadas no Paraná	Dant Macedo – Delegacia SEAD
6	9.45	Chamada Pública do PRORURAL para Organizações da Agricultura Familiar	Jefferson Meister - SEAB
7	10.15	Resolução 04/2017 – SESA – Regulamento Técnico Sobre Boas Práticas de Fabricação de Alimentos Processados pelo Empreendimento Familiar Rural	Emanuelle Gemin – SESA Marcos Valério de Freitas Andersen – SESA
08	11.00	Conclusões do Encontro Estadual de Lideranças Quilombolas	Izabela T. C. S. da Cruz
09	11.30	Informação sobre Oficina de Concentração de Ater	Miriam Fuckner
10	12.00	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11		Assuntos Gerais	
12		Encerramento	

1 Aos sete dias do mês de março de dois mil e dezessete, realizou-se a septuagésima sexta reunião do  
2 CEDRAF, nas dependências do Instituto Emater no município de Curitiba – Paraná. **Item 1.**  
3 **Credenciamento:** Estiveram presentes dezenove conselheiros e quatorze convidados. **Conselheiros**  
4 **da Sociedade Civil:** Leonardo Pereira Xavier - CEAGRO, Elias dos Santos Penna - ARCAFAR, Gilson  
5 Nogueira Farias - SICREDI, Maiko Vinicius Zanella - OCEPAR, Luis Alfredo Slusarz - REDE ECOVIDA,  
6 Alexandre Leal dos Santos - REP. JUVENTUDE, Andreia Claudino - SEBRAE-PR, Nilson Hanke  
7 Camargo - FAEP. **Conselheiros do poder público:** Nestor Bragagnolo - SEPL, Valter José Turmina -  
8 DFDA-PR/SEAD, Norberto Ortigara - SEAB, Roger Daniel de Souza Milléo - IAPAR, Cláudio Palozzi -  
9 ALEP, Rosane Gonçalves - SEJU, Margit Hauer - SEMA/IAP, Edson Wagner de Souza Barroso -  
10 INCRA, Sergio Augusto Guarienti - EMATER, Eloi Carlos Grande - SETI, Thamisis Camila Piaskowski  
11 - CONAB. Participou também Marco Antonio Geffer, conselheiro suplente da ARCAFAR-SUL, **Faltas**  
12 **justificadas:** FETRAF, FETAEP, EMBRAPA, Representantes dos Quilombolas e Representação das  
13 Mulheres. **Faltas sem justificativas.** SEED, MAPA, APPA, Câmara de Agroecologia, CCA, CRESOL,  
14 DESER, FEPEPAR, FEPAR, Rede Puxirão e Rede dos Colegiados Territoriais. Como **convidados**  
15 participaram: Mauro Jacob – INCRA, Vilson Schon – FETRAF, Lizabete Silva – AMCESPAR, Carlos  
16 Roberto Bittencourt – SEAB, Dant Danilo Macedo – DFDA-PR/SEAD, Rogério Rodrigues – INCRA-PR,  
17 Michele Cunha – ALEP, Daniel Simeoni de Oliveira – INCRA, Luciane Scholten – SEAB, Paulo Leonel –  
18 Prefeito de Wenceslau Braz, Karina de Paula – SESA, Jose da Encarnação Leitão – Emater,  
19 Emmanuelle Gemin – SESA, Alfredo Benatto – SESA. Compôs a mesa o Presidente do Cedraf  
20 Norberto Ortigara e a Secretária Executiva do conselho Miriam Fuckner. **Item 2. Abertura e aprovação**  
21 **da pauta:** O Presidente Norberto fez a abertura da reunião e em seguida apresentou a pauta que foi  
22 aprovada pelo plenário do Conselho. **Item 3. Aprovação da ata da 75ª Reunião do CEDRAF** que foi  
23 enviada anteriormente por meio eletrônico, foi aprovada sem alterações. **Item 4. Informes da Câmara**  
24 **Técnica de Credenciamento de Ater Miriam** informou o contexto geral das entidades credenciadas no  
25 SIATER no ano de dois mil e dezesseis, no qual foram credenciadas três entidades novas: CEASOL,  
26 PROTEGE e UNITRAG. Renovaram o CEAGRO, Coopagril, Deser, Emater, Fundação Terra, ICAF/SC,  
27 COOPTRASC, e UNICAMPO. Houve oito entidades que não renovaram: APPA, ARCAFAR, ASPTA,  
28 Associação dos Técnicos Agrícolas, Cooperativa Central da Reforma Agrária, PLANAJAN, PLANOSIP e  
29 UNILEITE, sendo que no total há vinte entidades cadastradas no SIATER - Sistema de Credenciamento  
30 de Entidades de ATER. **Rubens Niederheitmann** informa que o INCRA está demandando a Emater  
31 para prestar ATER nos assentamentos do Estado. Contudo hoje o Instituto não tem estrutura física para  
32 fazer esse atendimento, uma vez que já assumiu outros compromissos. Com a estrutura limitada, em

9

8

33 mais de cem municípios contam com apenas um extensionista e ele sozinho não consegue tocar toda a  
34 demanda, foi apresentada uma proposta para o INCRA repassar o recurso para o FEAP e a Emater  
35 usando das atribuições previstas na Lei Estadual de ATER faria chamadas publicas para contratar as  
36 entidades privadas que estão credenciadas no SIATER. Contudo a assessoria jurídica do INCRA já  
37 manifestou sobre a impossibilidade de repassar o recurso para o fundo, e está se buscando  
38 alternativas. **Norberto Ortigara** manifesta que como representante do poder publico e tratando dos  
39 interesses da agricultura familiar compreende a necessidade de ampliação dos serviços de ATER, mas  
40 que infelizmente o processo publico de reposição do quadro da Emater está inconcluso por diversas  
41 razões que são publicas e notórias. Dos cento e quarenta e três que saíram no PDV foram repostos  
42 cento e trinta e um, sendo chamados agora os dozes remanescentes, mas a pretensão era bem maior.  
43 Foi tirado da folha dois milhões e esperava-se repor no mínimo o contingente que pudesse gastar a  
44 mesma quantidade com mais gente, mas não foi possível apesar de todos os esforços. **Item 5 -**  
45 **Chamadas Públicas de ATER executadas no Paraná - Dant Macedo – Delegacia SEAD**  
46 responsável pelo acompanhamento dos instrumentos de contratação e repasse de recursos para  
47 a assistência técnica no estado apresentou o que foi contratado pelo extinto MDA no estado, não  
48 contemplando os dados do INCRA por que não estão atualizados. Desde dois mil e dez, quando  
49 iniciaram as primeiras chamadas pela nova lei de ATER do governo federal, foram executados seis  
50 contratos em territórios de cidadania que era a prioridade naquele momento, com mais de sete milhões,  
51 para nove mil e seiscentas famílias, sendo executados, cinco pela Emater e um pela COOPERIGUAÇU.  
52 Em dois mil e onze foi executado um contrato pela Emater para diversificação em áreas produtoras de  
53 tabaco no Território Centro Sul, para novecentas e sessenta famílias no valor de mais de um milhão de  
54 reais. A partir de dois mil e doze houve um acréscimo para nove contratos, de mais de cinquenta e seis  
55 milhões para atender aproximadamente dezoito mil famílias e cinquenta e cinco cooperativas, os quais  
56 foram realizados pela Emater, ADEOP, APPA e ARCAFAR. Em dois mil e treze houve quinze contratos  
57 no valor de quarenta e um milhões para atender dez mil e trezentas famílias, pelas entidades Terceira  
58 Via, ADEOP, Arcafar, Biolabore, Emater, ICAF e PLANAPEC. No total, foram executados trinta e um  
59 contratos, com nove entidades contratadas para atender mais de trinta e oito mil famílias e cinquenta e  
60 cinco cooperativas. Continuam vigentes dezoito contratos, sendo quatro de sustentabilidade com a  
61 Emater, um de sustentabilidade PNFC com Planapec, um de leite com a Emater, dois de café com  
62 Emater e Terceira Via, um de diversificação do tabaco com o ICAF/SC, cinco de agroecologia com  
63 ADEOP, ARCAFAR e BIOLABORE e dois contratos de aquicultura com a ARCAFAR e Planapec, este  
64 ultimo absorvido pelo MAPA. No total são quatrocentos e onze técnicos envolvidos na coordenação das  
65 chamadas e no atendimento direto à vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta famílias. **Sergio**  
66 **Guarienti** destaca que a Emater executou uma chamada especifica para mulheres no Vale da Ribeira  
67 que não foi mencionada. **Dant Macedo** ressalta que tratou mais especificamente dos contratos  
68 vigentes, sendo a do Vale do Ribeira apareceu apenas na quantificação total. Destaca que este foi um  
69 contrato muito bom e bem executado, mas deve-se considerar que foi um contrato pequeno e poucos  
70 técnicos trabalhando, facilitando assim a execução e o controle. Isso foi um aprendizado que se obteve  
71 com os últimos contratos: é melhor fazer contratos pequenos, com mais entidades trabalhando e mais  
72 gente a campo. Obviamente que encarece o serviço, mas se tem uma melhor efetividade evitando o  
73 desperdício do recurso. **Margit** questiona sobre os resultados obtidos junto à famílias e **Dant Macedo**  
74 responde que o sistema não oferece esta informação apesar de ser realizado um diagnostico como  
75 marco zero junto às famílias, que a cada ano é atualizado, mas que não é inserido no sistema. Desde o  
76 inicio das chamadas esta tem sido uma demanda constante, porque é feita apenas avaliação  
77 quantitativa do esforço sem apontar os resultados qualitativos junto ao publico beneficiário. **Sergio**  
78 **Guarienti** também se pronuncia quanto à avaliação qualitativa do trabalho, afirmado que isto não é só  
79 um desafio para as chamadas publicas, mas um desafio para a ATER: como medir o desenvolvimento  
80 social, a ampliação da renda e a qualidade das famílias? É frustrante realizar quatro anos de trabalho e  
81 chegar ao final sem ter essa avaliação qualitativa. **Item 6 - Chamada Pública do PRORURAL para**  
82 **Organizações da Agricultura Familiar** no qual **Jefferson Meister** relata sobre o edital destinado a  
83 empreendimentos coletivos com a finalidade de gerar trabalho e renda, focando  
84 a sustentabilidade econômica, social, ambiental, destinado às organizações da agricultura  
85 familiar, associações e cooperativas. A novidade este ano é a inclusão das cooperativas  
86 como possíveis beneficiários desde que tenham o empreendimento ou a sede da organização instalada  
87 na área de atuação do PRORURAL. Trata-se de apoio financeiro de caráter não reembolsável e as  
88 regras do edital estão detalhadas dentro do acordo com o banco mundial e do manual operativo do  
89 programa, devendo estar compatibilizadas com a legislação federal e estadual. Poderão apresentar  
90 propostas associações e cooperativas formalmente constituídas e que existam no mínimo há dois anos,  
91 associação ou cooperativa com mais de noventa por cento de agricultores familiares filiados;  
92 associação ou cooperativa com no mínimo setenta por cento e no máximo noventa por cento de  
93 agricultores familiares filiados; associação ou cooperativa representativa de população indígena ou  
94 quilombola com sede ou área de atuação dentro dos territórios do PRORURAL. O edital prevê o  
95 repasse de doze milhões podendo chegar a quinze milhões, sendo que cinco por cento dos recursos  
96 são destinados exclusivamente para organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais, com  
97 a diferença que estas populações não precisam apresentar projetos com cunho econômico. Nos  
98 projetos as organizações deverão apresentar até trinta por cento de contra partida, que pode ser tanto



99 financeira como em bens ou recursos que sejam mensuráveis como mão de obra, recursos humanos,  
100 não financeiros, terreno, desde que esteja ligado ao projeto produtivo apresentado. No caso  
101 de indígenas e quilombolas a contra partida é de um por cento. Os projetos são de caráter coletivo, mas  
102 também pode haver investimentos individuais para as famílias que estão ligadas ao projeto produtivo  
103 coletivo, com o limite de sete mil reais por família, sendo no caso de indígenas e quilombolas de cinco  
104 mil reais por família. Em relação aos prazos está prevista a publicação do edital na segunda quinzena  
105 de março, com prazo de sessenta dias para inscrição dos projetos. Quando ficar pronto o edital será  
106 repassado para divulgação no CEDRAF. O presidente **Norberto Ortigara** destaca a oportunidade que  
107 se apresenta para as organizações da agricultura familiar e conclama os conselheiros para divulgarem  
108 o edital junto aos seus representados, enviando propostas. Relata que além do PRORURAL, foi criado  
109 pelo governo do estado o chamado Fundo de Combate à Pobreza - FECOP, com recursos oriundos da  
110 cobrança adicional de dois pontos percentuais de ICMS, incidentes sobre bebidas, tabacos entre outros,  
111 gerando em torno quatrocentos milhões de receita ao ano. Destes mais de quarenta e cinco por cento  
112 vão para habitação popular e regularização fundiária em áreas de risco, executado pela COHAPAR, em  
113 torno de quarenta e cinco por cento vai para a política de assistência social complemento de programas  
114 como Família Paranaense, Bolsa Família e Luz Fraterna, bem como apoio aos municípios. Outra parte  
115 vem para agricultura executar duas ações: uma política de inclusão produtiva de famílias agricultores  
116 que estão em vulnerabilidade e para política de segurança alimentar. Nos municípios que estão fora da  
117 ação do PRORURAL será lançada até o final do mês uma política para empreendimentos coletivos em  
118 associações ou cooperativas, abrindo para os demais municípios a possibilidade de acessar recursos  
119 para ações desta natureza, visando atender populações rurais em vulnerabilidade. **Jefferson Meister**  
120 informa que do edital passado foram formalizados convênios, sendo que a APOMEL foi a primeira a  
121 receber recurso. Agora serão formalizados os convênios com outras dezessete associações que irão  
122 receber os recursos. Complementar a essa questão do edital será lançada uma chamada de ATER para  
123 o trabalho junto a organizações rurais, também com o recurso do PRORURAL visando atender  
124 associações e cooperativas para obterem um mínimo de organização para fazer a gestão do projeto. O  
125 **Deputado Palozzi** manifesta que tem por objetivo aproximar a assembleia legislativa da classe  
126 agropecuária do estado do Paraná, que tem encontrado muitos pontos positivos a serem destacados,  
127 mas tem muitas outras ações que precisam ser melhoradas. Os parlamentares recebem sugestões  
128 constantes de melhorias, algumas viáveis e outras não, mas gostaria de destacar a questão dos  
129 pedágios. Foi feita licitação para as rodovias estaduais serem pedagiadas em mil novecentos e noventa  
130 e oito e esse fato tem retraído o desenvolvimento do estado por que as tarifas são muito altas em  
131 comparação com os demais estados vizinhos. Esse contrato tem mais cinco anos pela frente para  
132 vencer e as concessionárias não cumprem o cronograma de obras e duplicações, as tarifas que  
133 deveriam ser corrigidas de acordo com a inflação estão sendo corrigidas dez vezes mais. O pior de tudo  
134 isso é que existe um movimento silencioso no sentido de que esses contratos absurdos que vão vencer  
135 um novembro de dois mil e vinte e um sejam prorrogados. Foi criada na assembleia legislativa uma  
136 frente parlamentar formada por deputados contra essa renovação, propondo que se aguarde vencer o  
137 contrato vigente, avalie-se o cumprimento das metas pelas empresas concessionárias e se faça nova  
138 licitação e não prorrogação, objetivando a redução das tarifas e contratos melhores regulamentados do  
139 que esses. Convida todos os conselheiros para participarem da audiência pública que está marcada na  
140 ALEP no dia vinte de março para tratar deste assunto. **Nilson Hanke Camargo** manifestou que a FAEP  
141 é uma das entidades que estão liderando a repactuação, que possibilitaria interromper o processo atual  
142 e baixar entre quarenta e sessenta por cento, o valor dos pedágios que são realmente um absurdo e  
143 retomar imediatamente as obras de investimento. **Norberto Ortigara** concorda que para a agricultura é  
144 um absurdo o que se cobra, especialmente se forem consideradas as cargas transportadas que  
145 possuem pouco valor agregado, assim só é possível admitir repactuação se houver redução drástica da  
146 tarifa e um cronograma de obras definido. **Item 7 - Resolução 04/2017 – SESA – Regulamento**  
147 **Técnico Sobre Boas Práticas de Fabricação de Alimentos Processados pelo Empreendimento**  
148 **Familiar Rural:** Emanuelle Gemin, técnica da vigilância sanitária da SESA destacou os principais  
149 pontos que, na visão da SESA caracterizam a agricultura familiar, onde os produtores dominam o  
150 processo produtivo em todas as suas etapas; são detentores de conhecimento passado através das  
151 diferentes gerações e buscam se aperfeiçoar cada vez mais em suas atividades através de cursos,  
152 treinamentos. Portanto: fabricam produtos diferenciados (únicos); produtos com alto valor agregado  
153 porque utilizam matérias primas de qualidade e controlam todas as etapas do processamento de cada  
154 lote produzido. Entretanto muitas agroindústrias familiares ainda se encontram na ilegalidade perante  
155 os órgãos de fiscalização, destacando alguns fatos que colaboram para que essa realidade, como a  
156 inadequação das normas para serem aplicadas as agroindústrias familiares; a ausência de  
157 padronização nas ações das equipes de VISA e a falta de capacitação/treinamento dos técnicos no  
158 sentido de uniformizar as ações de fiscalização. O marco importante na regulação nacional com relação  
159 à agricultura familiar dos pequenos empreendimentos foi a publicação da LDL 49 da ANVISA, que  
160 apresenta aspectos que permitem acolher as especificidades da agricultura familiar, servindo de base,  
161 juntamente com outras legislações, na elaboração da norma estadual. Citando os principais aspectos  
162 da RDC 49/2013, Emanuelle destaca o princípio da "razoabilidade quanto às exigências aplicadas", que  
163 consiste na aplicação mais adequada possível da legislação, considerando todo o conhecimento técnico  
164 do profissional que fiscaliza, aplicado à prática do agricultor. Entender o processo de produção, analisar




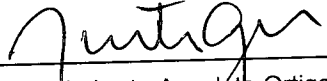
165 qual é o risco que oferece e orientar o agricultor sobre os aspectos que implicam aquela prática.  
166 Declarou que a ANVISA está construindo uma legislação para a classificação de riscos nos  
167 estabelecimentos de alto e de baixo risco. Por esta legislação os empreendimentos de baixo risco  
168 obterão licença sanitária automaticamente, mas isso não quer dizer que irão sofrer a inspeção da  
169 vigilância sanitária. Emanuelle descreve todo o processo metodológico de construção da Resolução  
170 04/2017, o qual envolveu mais de quatrocentas participantes em quatro oficinas regionais, entre  
171 técnicos de VISA Municipais e Regionais, da EMATER, da ADAPAR, Consultores do SEBRAE,  
172 Produtores Rurais entre outros. As próximas etapas do trabalho prevê a divulgação da resolução, que  
173 está disponibilizada no site da SESA; no mês de janeiro iniciou um projeto piloto para a aplicação de um  
174 roteiro de inspeção, o qual servirá como ferramenta para as equipes de vigilância buscando uniformizar  
175 e harmonizar as ações da vigilância; elaboração de uma cartilha sobre a resolução; entre abril e julho  
176 serão realizados treinamentos macro regionais sobre a resolução e de julho a dezembro será executado  
177 um programa de coleta de amostra de alimentos fabricados pela agroindústria familiar para monitorar a  
178 qualidade dos alimentos. **Alfredo Benatto** manifestou que esta é a primeira resolução estadual no país  
179 e que o processo foi extremamente importante pela quantidade de pessoas que participaram em  
180 especial os agricultores e instituições como a Emater. **Thamisis** da Conab manifestou que observa  
181 muitas diferenças nas licenças sanitárias emitidas pelas vigilâncias municipais, destacando a  
182 importância de haver uma padronização. Outra dificuldade encontrada é quando vencem as licenças,  
183 demorando um período até que sejam renovadas. Neste período o agricultor continua entregando o  
184 produto, mas sem a licença. Pela legislação o agricultor deve solicitar a renovação um mês antes de  
185 vencer a licença, assim entende que, a partir do momento que o agricultor solicitou a licença, pode ser  
186 considerado como em vigência, desconsiderando o período que ficou sem requerimento. **Emanuelle**  
187 responde que o Paraná está implantando um sistema de vigilância sanitária, o qual gerará um modelo  
188 de licença padrão, o que permitirá evitar esta situação relatada. Com o funcionamento da Rede SIM, as  
189 agroindústrias que forem classificadas como de baixo risco terão o licenciamento emitido  
190 automaticamente com a inspeção sendo realizada posteriormente. Desde que se dá entrada na  
191 documentação para renovação do licenciamento, já vale como documento probatório. **Leandro do**  
192 **CEAGRO** relata que na sua região tem grupos de agricultores que trabalham com poupa de frutas  
193 nativas, comercializando nos programas institucionais. Em diálogo com a Nutricionista e o Jurídico do  
194 município foi apontado que poupa de frutas é regulamentada pelo MAPA, mas que as frutas em  
195 pedaços poderiam ser licenciadas pelo município. **Emanuelle** confirma que as frutas em pedaços  
196 podem ser regulamentadas pela Vigilância Sanitária e que as poupas são de competência do MAPA.  
197 **Norberto Ortigara** destaca aspectos da resolução como o sentido da razoabilidade e a compreensão  
198 sobre as condições diferentes no processo produtivo, porém garantindo a qualidade dos produtos. Isto é  
199 um avanço e os quatro estados do sul decidiram mandar para as respectivas assembleias legislativas  
200 um projeto de lei igual para todos, que permite o reconhecimento da reciprocidade do serviço de  
201 inspeção, o que permitirá comercializar produtos com inspeção estadual entre estes estados. Também  
202 no Paraná e Santa Catarina está entrando em vigor legislação que permite contratar médico veterinário,  
203 através de empresas que estejam registradas nas agências de defesa agropecuária dos estados pelo  
204 tempo necessário, diminuindo os custos. **Item 8 - Conclusões do Encontro Estadual de Lideranças**  
205 **Quilombolas**, os responsáveis por este item na agenda não se fizeram presentes na reunião. **Item 9 -**  
206 **Informação sobre Oficina de Concentração de Ater:** Miriam Fuckner lembrou que no ano passado  
207 ocorreram oficinas visando a integração das entidades de ATER privada e oficial, as universidades e a  
208 representação dos agricultores para promover a organização e qualificação deste serviço no estado do  
209 Paraná. Para dar continuidade a este processo, a Câmara de ATER do CEDRAF realizará nos dias  
210 vinte e oito, vinte e nove e trinta de março, uma nova oficina de concertação objetivando avaliar o que  
211 foi feito até o momento e planejar ações para manter esse processo de integração, ensino, pesquisa,  
212 extensão. Miriam estendeu o convite para todas as entidades que fazem parte do Cedraf, destacando a  
213 importância de participarem dessa construção de integração e fortalecimento da rede de ATER no  
214 Paraná, de forma a atender os anseios da categoria dos agricultores familiares. Foi distribuído o  
215 Caderno de Boas Práticas do ano de dois mil e quinze, resultado do movimento realizado pelo extinto  
216 MDA, agora na SEAD, que relata experiências do serviço de ATER no país e no qual o Paraná teve  
217 relatos selecionados. No ano passado o estado também participou do processo de seleção, mas o  
218 seminário nacional ainda não ocorreu. A SEAD encaminhou ofício informando que o seminário foi  
219 transferido para o início deste ano e que está previsto a promoção do processo em dois mil e  
220 dezessete. **Item 10 - Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do**  
221 **CEDRAF Norberto Ortigara** complementa que o Fundo de Combate a Pobreza, o qual já havia se  
222 referido anteriormente, terá um programa de compra direta da agricultura familiar do Paraná, devendo  
223 operar a partir de maio; uma linha de apoio à estruturação construção de restaurantes populares em  
224 cidades acima de oitenta mil habitantes, além de apoio aos bancos de alimentos nas quatro unidades  
225 da CEASA e apoio aos Armazéns da Família na Região Metropolitana de Curitiba, como política de  
226 acesso a alimentação com menor custo. Desde dois mil e quinze, o Estado vem atuando com famílias  
227 vulneráveis da área rural, através do Programa Renda Agricultor Familiar, viabilizando a construção de  
228 um projeto de vida individual, para o qual é repassado um recurso em parcelas que são liberadas  
229 conforme execução do planejado. Podem ser apoiadas atividades agrícolas ou não agrícolas, desde  
230 que deem retorno econômico para a família, além de ações para melhoria do saneamento rural. O



231 Programa atinge cento e cinquenta e seis municípios e tem a meta de atender cinco mil e seiscentas  
232 famílias, sendo duas mil e quatrocentos este ano. Já temos exemplos de projetos que deram certo e  
233 que fizeram a diferença na vida das famílias. A Emater não tem condições de executar toda a meta,  
234 mas o recurso está disponível, busca-se parceria com os municípios para contribuírem elaborando os  
235 projetos e levando esta política pública às famílias rurais. Do PRORURAL serão entregues nove  
236 patrulhas para fazerem estradas nos territórios e que estavam aguardando a liberação do seguro.  
237 Destaca o bom desempenho que teve a agricultura paranaense, amenizando um pouco os reflexos da  
238 crise. **Assuntos Gerais: 1) Leandro do CEAGRO** relata que na sua região a Cooperativa de Produção  
239 e Comercialização Camponesa do Estado do Paraná que funciona no município de Porto Barreiro, está  
240 passando por uma situação muito difícil. A cooperativa tinha uma parceria com a prefeitura local que  
241 disponibilizava um espaço para processar os produtos além de servir como base para a  
242 comercialização, através de uma concessão até o ano de dois mil e vinte e um. Porém recentemente  
243 foram surpreendidos com o fim do contrato sendo anunciado pela prefeitura que está com nova gestão.  
244 Traz esta denuncia para apreciação do conselho, tendo em vista ser um problema que no fundo é  
245 político, e solicita apoio solicitando manifestações que permitam facilitar o dialogo local. **Norberto**  
246 **Ortigara** se compromete em falar com a Prefeita de Porto Barreiro, na tentativa de encontrar uma  
247 solução. **Sergio Guarientti** diz que Porto Barreiro está na área do PRÓ-RURAL e que irá verificar se  
248 essa cooperativa está entre os potenciais para serem beneficiadas naquele edital que o Jefferson  
249 apresentou. Diz que essa realidade apresentada é muito presente no estado: as pequenas associações  
250 e cooperativas dependentes do poder publico e quando está tudo alinhado vai bem, mas quando surge  
251 alguma divergência se perde um pouco da sustentabilidade da instituição. **Assuntos Gerais: 2)**  
252 **Alexandre – Representante da Juventude Rural** informa que a FETAEP vem se posicionando  
253 contraria a reforma da previdência social para a agricultura familiar e apresenta um folder que aponta os  
254 motivos a este posicionamento. Relata que foram feitas mobilizações em julho do ano passado e nesse  
255 ano uma comissão foi à Brasília fazer contato com todos os deputados federais, além de contatos com  
256 as associações de municípios aqui do estado, vereadores, prefeitos, deputados estaduais, buscando  
257 apoio e manifestando a sua posição contrária a essa mudança. Destaca ainda que todos os anos, no  
258 Show Rural realizado em Cascavel, no qual a FETAEP participou organizando o espaço da juventude,  
259 por onde passaram mais de seis mil agricultores pelo stande com uma porcentagem muito grande de  
260 jovens. Entende que lá é uma universidade a céu aberto onde se consegue buscar conhecimento,  
261 aplicar na propriedade e melhorar a qualidade de vida e a renda. **Assuntos Gerais: 3) Marco Geffer**  
262 **da Arcafar** traz informações sobre as Casas Familiares Rurais sendo que desde dois mil e quinze há  
263 um embate com o governo estadual, quando se cogitou o fechamento de vinte casas que não ofereciam  
264 curso técnico. A mobilização de entidades da agricultura, prefeitos e outras, possibilitou a continuidade  
265 por mais um ano, dando oportunidade para as casas se organizarem de outra forma. Assim o governo  
266 voltou atrás na sua decisão e manteve as quarenta casas em funcionamento. Porém o convenio que foi  
267 assinado naquele ano previa recursos para o funcionamento de apenas vinte casas até dois mil e  
268 dezessete. Como o governo voltou atrás na sua decisão seria necessário um aditivo de valores, e que  
269 acabou ocorrendo apenas de prazo. Por esse motivo foi necessário intervir junto à Casa Civil, em  
270 reunião com a presença da SEAB e SEED sendo apresentada a solução. O aditivo de convenio  
271 começou a tramitar em outubro, teria de ser assinado e publicado até trinta de dezembro e isso não  
272 aconteceu, sendo que a própria superintendência, que não está mais no cargo, assumiu o erro perante  
273 a Casa Civil. Assim, vinte casas familiares cessaram suas atividades, rescindindo os contratos de  
274 trabalho, porém ninguém recebeu o que lhes é devido. Os profissionais das casas que continuam em  
275 atividade também não receberam, porque a defasagem do recurso é de dois milhões. O aditivo ainda  
276 não foi firmado, mas continuam em negociação junto à Casa Civil e à SEED, porém como virou o prazo,  
277 legalmente diz que não tem como resolver esta questão. A ARCAFR está negativada em função das  
278 dívidas trabalhistas, sendo que uma delas o estado foi pagou judicialmente. Diz que foram esgotadas  
279 todas as possibilidades de diálogo, na tentativa de resolver da melhor forma possível, mas se não  
280 resolver a questão da divida trabalhista com os profissionais que estão desde novembro sem receber  
281 salário, vai parar tudo e mais de três mil alunos irão ficar sem ensino. **Item 13. Encerramento:** Sem  
282 mais nada a declarar o Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e  
283 convidados desejando um bom retorno a todos. Eu Miriam Fuckner Secretária Executiva redigi a  
284 presente ata que deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros e após será  
285 assinada por mim e pelo Presidente do Cedraf.

286  
287  
288  
289

  
\_\_\_\_\_  
Miriam Fuckner  
Secretaria Executiva do CEDRAF

  
\_\_\_\_\_  
Norberto Anacleto Ortigara  
Presidente do CEDRAF